

**TITULO DO TRABALHO: A MULHER E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA
FRONTEIRA: ESTUDO DE CASO NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA,
ESPECIFICAMENTE LOCALIZADO ENTRE AS CIDADES DE CORUMBÁ E PUERTO
QUIJARRO E PUERTO SUAREZ**

IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR(es): Dirce Sizuko Soken (USP), Rosa Éster Rossini (USP) e Tito Carlos Machado de Oliveira (UFMS); Universidade de São Paulo (USP), UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul); endereço: avenida Barão de Mauá, 325, cep:0926000 – São Bernardo do Campo/São Paulo/Brasil; email: dsoken@uol.com.br

RESUMO DO TRABALHO:

[Introdução] Esta pesquisa caracteriza o nível de integração que a mulher trabalhadora da fronteira possui com o território. O fato é que, homens e mulheres vêm participando menos no mercado de trabalho, e que o fenômeno do desemprego e da precarização das condições de trabalho por conta do progresso técnico que favorece as transformações qualitativas do trabalho (mudança na divisão técnica do trabalho, da organização do trabalho, das qualificações), além disso, cria novos produtos, empresas, empregos, até mesmo novos setores ou atividades econômicas. Por essa razão, na análise das formas de inserção da mulher trabalhadora da fronteira destacam-se as relações sociais que informam as relações de gênero, pois as desigualdades aí presentes inserem-se nas relações de trabalho no contexto de uma sociedade regida pelo valor de troca. [Objetivo] Analisar a relação entre o processo de formação do mercado de trabalho da mulher e o desenvolvimento socioeconômico do município de Corumbá, localizado na área de fronteira entre o Brasil e Bolívia. [Metodologia] A base metodológica tem como fonte de investigação o cruzamento dos critérios de territorialização e integração, analisando os agrupamentos seguindo quatro tipos de sistemas territoriais: a) aquelas com forte ausência tanto de integração quanto de territorialização; b) aquelas com presença de integração e ausência de territorialização; c) as que possuem uma presença de integração e de forte territorialização e d) aquelas que possuem ausência de integração e forte presença de territorialização. [Considerações] As atividades comerciais existentes nos dois lados da fronteira entre Corumbá (BR) e Puerto Quijarro/Puerto Suarez (BO) têm uma forte presença da mulher exercendo uma atividade econômica funcional, sendo que, ainda, as relações formais são predominantes masculinas. Percebem-se três características da mulher na fronteira, a brasileira, as indígenas bolivianas (collas) e a palestina, todas exercendo atividades econômicas de compra e venda de mercadorias industrializadas e/ou regionais. As compras são realizadas no *Shopping Aguirre*, nas casas comerciais de Puerto Quijarro e Puerto Suarez no lado boliviano, assim como nas barracas das feirinhas em Corumbá. Esta pesquisa recebe apoio institucional do CNPq, FUNDECT/MS e UNAES.

Palavras-chaves: 1) Territorialidade; 2) Fronteira Internacional; 3) Gênero; 4) Relações de Trabalho.

1. Introdução

Esse artigo tem como propósito discutir a força de trabalho feminina a partir do âmbito da nova dinâmica de acumulação de capital e partir disso fazer observações sobre as novas formas de organização do mercado de trabalho do Brasil e da Bolívia.

O debate sobre as relações de trabalho necessariamente perpassa pela discussão do fenômeno da globalização, nas palavras de Santos (1994a), se intensifica pelo “sistema de objetos e ações” que mediante a imposição da competição intercapitalista acaba por gerar novos significados para a relação capital-trabalho.

Sendo assim, observa-se que um conjunto de fixos e fluxos, de acordo com a proposta metodológica de Santos (1994a) formam conteúdos técnicos e organizacionais capazes de transformar espaços fragmentados e, por conseguinte, dão conta do processo de acumulação de capital. Para tanto, observa-se que a partir das relações de trabalho entre Brasil e Bolívia é possível constatar que esse fenômeno se reproduz tanto em função do processo de reestruturação produtiva realizado pelas corporações transnacionais que impacta diretamente a estrutura familiar de ambos os países, quanto pelos distintos efeitos da expansão da nova divisão do trabalho.

Silva (2005) revelou que a relação de trabalho dos migrantes desses dois países é cada vez mais complexa, considerando que o monitoramento desse fluxo e as formas de ocupação são determinadas por relações informais e, portanto, acabam por estabelecer frentes de ocupação com fortes traços de precarização.

É com preocupação com o paradigma da flexibilização que se discute as transformações no mundo do trabalho que aponta para as seguintes formas: a) desregulamentação do mercado de trabalho; b) contratação parcial, temporária, subcontratação, trabalho em domicílio e c) redução da política de cargos e carreiras. (Pochmann, 2005; Antunes, 2002; Hirata, 2002; Kon, 2002).

Esta dinâmica imposta pelo novo padrão de acumulação capitalista possibilitou aos pesquisadores incorporarem em suas análises a divisão sexual do trabalho, uma vez que as relações de gênero sofrem os impactos da transformação das condições e a natureza do trabalho que aconteceu em todas as atividades econômicas.

A partir dessa perspectiva econômica, as análises que tentam explicar o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho e redução da representatividade masculina no período após 2ª Guerra Mundial, destacam-se: a mudança na composição familiar, queda dos salários reais médios familiares, alteração do emprego setorial com predomínio de força de trabalho masculina.

Este estudo teve como base para as análises do mercado de trabalho feminino os dados estatísticos de vários anos dos Censos do IBGE e do Instituto Nacional de Estadística da Bolívia, bem como os relatórios do IBGE e jornais eletrônicos da Bolívia.

2. Caracterização da área de pesquisa

Esta pesquisa é um estudo sobre a fronteira internacional relacionado as cidades gêmeas de Corumbá (localizada no pantanal brasileiro) com Puerto Quijarro e Puerto Suarez (cidades da província de Germán Busch, Bolívia), tais aglomerações populacionais dispõe de oportunidades para incrementar os fluxos comerciais e de serviços, além de servir como um ponto nodal de integração e complementaridade socioeconômica para as nações. No entanto, existem “horizontalidades e verticalidades” que acabam por seccionar e diferenciar a lógica espacial de atuação do capital em cada localidade específica, transformando cada lugar com particularidades estruturais e com identidades próprias.

Destacam-se nas cidades gêmeas algumas particularidades, o isolamento político-administrativo em relação às decisões dos seus respectivos Estados e sua densidade populacional que totalizam aproximadamente 133.274 habitantes sendo que mais de 75% se concentra na cidade de Corumbá do lado brasileiro, essa é a 3ª maior cidade do estado de Mato Grosso do Sul e está a 415 km da capital Campo Grande. Corumbá está assentada em um das maiores planícies alagadas do mundo é reconhecida pela imensidão de recursos naturais existentes e mantém maior proximidade com a cidade boliviana Puerto Quijarro, que estão separadas apenas por uma rua e cerca de 8 km encontra-se a cidade de Puerto Suarez, capital da província Germán Busch, que em relação as principais cidades da Bolívia está a 647 km de Santa Cruz de la Sierra.

As cidades de Corumbá, Puerto Quijarro e Puerto Suarez localizadas as margens do rio Paraguai já foram palco de conflitos bélicos entre as duas nações, nascidas de povoados militares conseguiram ao longo do tempo estabelecer uma função econômica com rio, o que acabou elevando a cidade de Corumbá à categoria de cidade portuária, essa se manteve até o início do século XX como um importante centro comercial da região, cuja função urbana era de distribuição de mercadorias e deslocamento de pessoas para outras localidades.

A expansão comercial para este lado do país atraiu diversos comerciantes europeus e um contingente de trabalhadores argentinos, paraguaios e bolivianos à cidade de Corumbá que na época tinha uma população estrangeira maior que a brasileira, e ainda hoje, é possível presenciar registros desse período que pode ser visto através dos elementos urbanos como, as casas comerciais portuguesas, os galpões localizados na área portuária para armazenar mercadorias, prédios públicos e bancários.

Com a entrada da estrada de ferro na região essa dinâmica regional foi modificada passando para a cidade de Campo Grande (atual capital do Mato Grosso do Sul) a função de eixo econômico, o que acarretou a decadência da cidade de Corumbá. Com o passar do tempo, essa cidade vem a se estruturar com atividades relacionadas à pecuária extensiva, ao turismo de pesca e a indústria extrativista de minério. Quando o uso da rodovia é intensificado por meio do asfaltamento da BR-262 ligando ao centro dinâmico do país (São Paulo) com a cidade de Corumbá, possibilita novas oportunidades para o comércio local que se estende até as cidades na fronteira com a Bolívia assumindo a função de abastecimento regional e internacional. (Oliveira, 1998; Ito, 2000)

Acompanhando essas mudanças regionais, as cidades bolivianas vizinhas de Corumbá mantiveram suas relações comerciais com fornecimento não somente de produtos regionais como também de industrializados importados (Oliveira, 1998; Paixão, 2004). Além disso, essas cidades presenciam a migração de brasileiros para produzir soja e o aumento de empreendimentos internacionais para a exploração de minerais (ferro) e extração de madeira.

Ainda sobre os efeitos das mudanças na dinâmica regional, ressalta-se a atividade do turismo na modalidade de pesca e de compras, especificamente realizada nas cidades bolivianas, segundo Paixão (2004) a atividade da pesca consolidou-se na década de 80 e modificou a paisagem urbana de Corumbá com os investimentos imobiliários, que aumentou a oferta de hotéis, pousadas, restaurantes, bares entre outros. Nessa perspectiva do desenvolvimento regional esse pesquisador ressalta outras atividades que pode vir a dinamizar a economia da cidade de Corumbá como, o pólo industrial de minério, recuperação da hidrovia, expansão da fronteira agrícola em área boliviana, termoelétrica com utilização do gás natural.

3. Fatores de territorialização e integração das cidades gêmeas na fronteira internacional: Corumbá e Puerto Suarez e Puerto Quijarro.

Para compreender as recentes transformações da dinâmica espacial parte-se da discussão de Santos (1994a) referente ao período técnico-científico-informacional, que menciona a necessidade de evidenciar a importância da época e assim “reconhecer o lugar de cada país no conjunto do planeta”.

Esse período retratado pelo fenômeno da globalização da sociedade e da economia segundo Santos (1997) “acarreta a mundialização do espaço geográfico, carregando-o de novo significado”. E a partir da caracterização dos sistemas de objetos e ações que retratam as transformações do espaço geográfico acaba por remeter as análises a uma escala mundial.

Para tanto essa pesquisa sobre as cidades gêmeas localizadas na fronteira internacional tem como análise o sistema de engenharias, os fluxos das atividades econômicas e as formas sociais e política, características que ampliam essas relações fronteiriças possibilitando a passagem dos fluxos e, portanto, propicia maior capacidade de complementaridade nessa região.

A fim de caracterizar as cidades gêmeas e evidenciar o potencial de integração existente entre as mesmas, Machado (2005) esclarece que:

estes adensamentos populacionais, cortados pelo linha de fronteira, seja esta seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infra-estrutura, apresentam grande potencial de integração

econômica e cultural assim como manifestações localizadas dos problemas característicos da fronteira.

Ainda segundo Machado (2005), não são muitas as cidades gêmeas nos 15.719 quilômetros de fronteira do Brasil com os países vizinhos, e ressalta três aspectos da geografia dessas cidades gêmeas, primeiro se refere à posição estratégica em relação a comunicação terrestre; segundo está relacionado à ação intencional de agentes institucionais e por fim, a disjunção entre os tipos de interação, um predominante na linha de fronteira e outro localizado dentro da cidade gêmea.

Segundo pesquisa de Machado (2005), as cidades gêmeas de Corumbá e Puerto Quijarro e Puerto Suarez são “caracterizadas como situação geográfica de fronteira seca (...) do tipo de interação capilar, onde as trocas são difusas e emergem espontaneamente entre as aglomerações e que podem evoluir no sentido de integração sem patrocínio governamental, seja na construção de infra-estrutura de articulação transfronteiriça, seja na realização de acordos bilaterais”.

Com o propósito de estabelecer alguns pressupostos para entender o processo de integração na região de fronteira, Oliveira (2005) elucida duas formas de integração econômica: uma de natureza funcional e outra de natureza formal, essas duas formas se complementam, no entanto, possuem características distintas. Como um esforço metodológico, define que a integração econômica funcional deriva das forças de mercado, concebida pelas articulações dos atores sociais, já a formal, é consequência dos acordos deliberativos dentro de uma formalidade (legal) entre partes interessadas.

A partir desse esboço metodológico Machado (2005) relaciona alguns elementos existentes nos fluxos transfronteira entre as cidades gêmeas, que são: trabalho, terra e outros recursos naturais e serviços de consumo coletivo. E partir disso, é possível realizar algumas considerações atuais sobre as relações de fronteiras.

No que se refere ao elemento trabalho, observa-se problemas com o tratamento abusivo da mão-de-obra por parte de autoridades e empresários dos dois lados da linha de fronteira. Especificamente sobre o mercado de trabalho na cidade de Corumbá onde as ocupações de bolivianos se caracterizam pela baixa remuneração e desqualificação, com a maioria desenvolvendo atividades informais – comércio de importados na feira central. E ainda contam com o estabelecimento de “redes de solidariedade”, no dizer de Silva (2005:18) se refere às etapas iniciais da imigração de

mão-de-obra boliviana para o Brasil, com a contratação entre parentes e amigos ainda na Bolívia e os que já estão no Brasil, especificamente em São Paulo. No entanto para SOUCHAUD & CARMO (2006),

a fronteira pode ser um espaço de trânsito, como no caso de uma parte dos bolivianos de Corumbá que se destinam a São Paulo. Além disso, a migração fronteiriça não garante a função de traço-de-união entre os diferentes espaços de fronteiras; não é um fator de continuidade entre os diferentes lugares da linha da fronteira internacional, função que assumiu e assume, com varias intensidades, o comércio fluvial, por exemplo.

Ainda segundo relato desses autores,

Em Corumbá, o número de bolivianos censados é de um pouco mais de 1.000 indivíduos e (...) muitos deles teriam chegado a Corumbá com a intenção de migrar para São Paulo. A permanência em Corumbá é facilitada pelo baixo controle na fronteira e pelo estatuto oficial de fronteiriço, que permite aos estrangeiros de países vizinhos morar, trabalhar, estudar em Corumbá. Tais facilidades não existem fora do município, limite a partir do qual se exerçam controles e restrições à migração.

E no que se refere aos serviços de consumo coletivo, a duplicação dos serviços públicos oferecidos pelo lado brasileiro são responsáveis pelos fluxos transfronteiriços na cidade, na busca principalmente por saúde e posteriormente por educação, que embora ainda não seja considerado no cômputo populacional a zona de fronteira acaba por receber menos recursos.

O preço de terras mais baratas e baixa restrição à proteção ambiental do lado boliviano vêm a justificar os investimentos em infra-estrutura nas regiões de fronteira, que devido aos créditos internacionais disponibilizados aos países mais pobres transformam o “território de todos” em “território de alguns”, ou seja, em redes a serviço do grande capital. (Santos, 1994b).

Como um retrato desse período foi o acordo binacional denominado de projeto “Gasoduto Bolívia-Brasil”, cujo objetivo principal foi de atender a demanda por gás natural das indústrias situadas nas regiões industrializadas, no entanto, atrelado a esse investimento estão as intencionalidades, que conforme caso estudado por Silveira (1994) na Argentina, é possível observar nessa ação tanto do Estado brasileiro quanto boliviano, o exercício da função de regulador e organizador do território garantindo a fluidez de objetos e informações aos atores hegemônicos.

E decorrente a isso, o que se percebe é que os investimentos em ferrovias e hidrovias, hoje “objetos envelhecidos pela aparição dos objetos tecnicamente mais avançados” estão, conforme enfatiza Santos (1994a), subordinados as ações hegemônicas que determinam uma hierarquia dos objetos, e desta forma, “(...) a remodelação espacial se constrói a partir de uma vontade distante e estranha, mas que se impõe à consciência dos que vão praticar essa vontade”. Conforme a observação da realidade, a existência de empreendimentos nessas localidades está vinculada à exploração de minério e ao projeto de geração de energia mediante a futura instalação de uma termelétrica nessa região de fronteira, que nos dizeres de Santos (1994b), denomina de “território compartilhado”.

E como força desse discurso verificam-se os protestos de comerciantes e trabalhadores envolvendo os dois lados da fronteira, onde realizaram recentemente manifesto de repúdio às ações do governo boliviano no que diz respeito à expulsão de empreendimentos internacionais vinculados a exploração de minerais nessas localidades. Esses grupos organizados estavam em defesa das propostas de empregos decorrente da construção dos mesmos, como também ter acesso a outras fontes de energia, uma vez que as cidades bolivianas da fronteira são dependentes das fontes de energia brasileira.

E seguindo a análise referente ao trabalho, o comércio e a infra-estrutura nas cidades gêmeas, verifica-se que essas categorias de análise se estruturam a partir de uma relação formal e funcional, significando uma relação de complementação socioeconômica. No que diz respeito ao trabalho, embora haja maior integração do fluxo de mão-de-obra com a metrópole paulista, ainda assim, outra parte dos trabalhadores exerce atividades de comércio na cidade boliviana. Em 2001, na cidade de Puerto Quijarro 29% da população ocupada atuava na área de comércio atacadista e varejista, já em Puerto Suarez as principais ocupações representavam 18% no comércio e 15% estavam desenvolvendo atividades relacionadas ao campo, agricultura, pecuária, pesca, silvicultura.

O comércio nessas localidades oferece preços menores (sem carga tributária) e estão organizados seja na forma de Shopping *Aguirre* e outras de forma precária como o caso da maioria das casas comerciais de Puerto Quijarro, organizada em pequenas

barracas coberto por lona em chão batido, mas atraem grande parte da população do lado brasileiro, em especial os moradores da cidade de Corumbá, em busca de produtos de vários gêneros, desde alimentícios (bebida) até eletro-eletrônicos.

E ainda, referente as atividades que são peculiares nessa região, se destaca por exemplo a atividade de pesca que no período da piracema é realizado acordo binacional que intensifica os trabalhos de fiscalização, outras atividades que exige certa especialização são aquelas destinados à fins específicos como, narcotráfico, febre aftosa entre outros, o que caracteriza uma relação formal de troca de informações nessa região.

4. As transformações no mundo do trabalho e as possíveis repercussões para o debate sobre a fronteira Brasil e Bolívia

A recente transformação no mundo do trabalho contextualizado por Antunes (2002) é decorrente da crise estrutural do capital que após a 2ª Guerra Mundial as economias como Alemanha e Japão passaram a aumentar a capacidade da produção mundial e acentuaram a queda da taxa de lucro do sistema capitalista.

Esse quadro de crise repercutiu imediatamente nas demais economias desenvolvidas, que em respostas a essa particularidade adotaram novos processos de trabalho onde a esteira e o cronômetro retratado no modelo fordista e taylorista são substituídos por processos flexíveis de produção, que em decorrência dos avanços da ciência e da técnica vem propiciando a reestruturação produtiva do universo fabril.

Para entender as crises do sistema capitalista de produção, torna-se necessário fazer menção a “tendência decrescente da taxa de lucro” elaborado por Marx que resulta do aumento de capital “morto” na composição orgânica do capital em razão a substituição de capital “vivo”, ou melhor, da força de trabalho, fonte de geração de mais-valia e, portanto, necessário para valorizar o capital. Além disso, Marx evidencia as contradições existentes na sociedade capitalista que são acirradas pela concorrência intercapitalista, que em busca de maiores lucros eleva não somente a exploração da força de trabalho absoluta como também a mais-valia relativa, com

objetivo de baratear a produção de mercadoria mediante a incorporação de mais capital “morto” ao sistema produtivo. (Napoleoni, 1981)

Essas contradições caracterizam a dinâmica de acumulação do capital como um modo de produção sujeito as flutuações cíclicas, que se agrava com a crise estrutural. Conforme Antunes (2002), a década de 1970 é marcada pela crise do padrão de acumulação fordista e/ou taylorista, que segundo esse autor, é a expressão da crise estrutural do capital que se estende aos dias de hoje e com o propósito de retomar a fase de expansão do capital estabelece o processo de reestruturação produtiva.

Desta forma, Antunes (2002) salienta que o atual processo de reestruturação produtiva foi intensificado pelas empresas de capitais transnacionais e monopolistas, enquanto uma necessidade de controle social da produção, e somado ao conjunto desses eventos menciona Mézáros quando se refere a necessidade do capital de responder a dificuldade de consumo do modelo anterior que se intensifica com “lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias” mediante a adoção pelas empresas do que ficou conhecido por “qualidade total”, nas palavras de Antunes, “quanto mais qualidade total os produtos devem ter, menos deve ser seu tempo de duração”, sendo assim, mantendo a reprodução ampliada do capital.

Em decorrência dessa expansão do processo de reprodução do capital, Antunes (2002) estende sua análise aos países que estão fora do centro do capitalismo avançado composto pela tríade EUA, Alemanha e Japão, que segundo o autor, quanto mais se acirra a competição intercapitalista, quanto mais se incorpora a tecnologia em nível concorrencial e quanto mais se expandem os capitais financeiros dos países da tríade, mais se acentua a “lógica destrutiva do capital” aprofundando o desemprego e as formas de precarização das relações de trabalho nos países subordinados a essa lógica.

Por conseguinte, o fenômeno do desemprego estrutural e a precarização das condições de trabalho torna-se cada vez mais crítico, pois o novo processo de trabalho que emerge decorrente do modelo flexível de produção gera profundos impactos no mercado de trabalho, resultando em diminuição do operário industrial tradicional e aumento da classe-que-vive-do-trabalho, essa última segundo Antunes (2002) é constituída pelo processo de desproletarização do trabalho industrial, fabril, manual;

pela terceirização do trabalho com assalariamento no setor de serviços; pela heterogeneização do trabalho com incorporação da força de trabalho feminina no mundo operário e pelo processo de subproletarização do trabalho intensificada pelo trabalho parcial e precário (trabalho de imigrantes).

Em meio a esse quadro de reestruturação produtiva e organizacional das empresas, proporcionado pela crescente busca de produtividade e ganhos do capital, enfatiza Pochmann (2005) que as mudanças do mercado de trabalho em economias não desenvolvidas sofreram as implicações das estratégias das corporações transnacionais realizadas a partir da década de 1990, onde “exploraram as oportunidades mais lucrativas de investimentos, abrindo e fechando quantas unidades produtivas forem necessárias” e considerando a crise dos Estados Keynesiano acabam se beneficiando da flexibilização dos contratos de trabalho mantendo zonas de baixos salários e de reduzida proteção social.

4.1 Trabalho feminino: uma relação de flexibilidade do mundo do trabalho

Em decorrência da mudança tecnológica e das recentes transformações no mundo do trabalho o debate entre o trabalho feminino e as novas tecnologias ressalta algumas análises que evidencia a contribuição da mulher no processo de produção e organização do trabalho.

Para tanto observa Segnini (1998), que “o mundo do trabalho não é unificador, homogeneizador, a tal ponto que basta explicitar como se desenvolvem as relações de produção para compreender como se constituem as formas de exploração e dominação no seu contexto”. Por essa razão, as análises sobre as formas de inserção da mulher no mercado de trabalho devem destacar as relações sociais que informam as relações de gênero, pois as desigualdades aí presentes inserem-se nas relações de trabalho no contexto de uma sociedade regida pelo valor de troca.

Sabe-se que essas novas tecnologias são poupadoras de mão-de-obra e ainda quando se remete às economias não desenvolvidas, de acordo com Pochmann (2005), disponibiliza postos de trabalhos não qualificados, enquanto que aos países de maior renda concentra os postos de trabalho mais qualificados. Segundo esse autor, isso

ocorre devido “a polarização entre a produção de manufatura, em parte dos países semiperiféricos, e a produção de bens industriais de informação e comunicação sofisticados e de serviços de apoio à produção gerada no centro do capitalismo”.

A atual reestruturação produtiva leva a maior exclusão da mulher do mercado de trabalho formal, pois, enfatiza Rossini, que o emprego formal está sendo substituído pela ocupação, há uma “tônica” que passa pelo mercado informal de trabalho e a terceirização e, considera que:

(...) as mudanças no perfil da pessoa trabalhadora requisitada pelo mercado poderiam, eventualmente, estar favorecendo a demanda por mulheres, à medida que abre espaço para um perfil de trabalho mais flexível, mais intermitente, marcado por jornadas mais curtas e, claramente, mais terceirizado. (ROSSINI, 2002).

A fim de observar esta dinâmica imposta pelo novo padrão de acumulação capitalista incorpora-se nessa análise características pertencentes aos dois países, Brasil e Bolívia quanto as transformações das condições e a natureza do trabalho por atividade econômica. E baseado nas investigações de Hirata (2002) apresenta-se uma dimensão sexuada nas relações do trabalho que tem por finalidade explicar a discriminação e hierarquização da mulher no mercado de trabalho.

Para tanto, a análise seguinte apresenta as relações estruturais da força de trabalho feminina do Brasil e da Bolívia, que com base nos dados estatísticos, pretende-se com essa abordagem metodológica observar as características da inserção da mulher no mercado de trabalho nesses dois países. Cabe mencionar a limitação da base de dados, considerando que as pesquisas estatísticas podem revelar parcialmente a participação da mulher no mercado de trabalho.

4.1.1. O trabalho feminino no Brasil e na Bolívia

O aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, especialmente a partir dos anos de 1990, reforça o crescimento da PEA no Brasil e na Bolívia, que por motivos relacionado a redução da renda familiar, ou pela necessidade de aquisição de bens e serviços para sobrevivência da família, verifica-se semelhanças no processo de

inserção feminina no mercado de trabalho, que geralmente se caracteriza como classe social menos favorecida.

Segundo as pesquisas do IBGE, referente aos anos de 1993 e 2002 no Brasil, observa-se que a forma de inserção da mulher no mercado de trabalho mostra-se precário com constante elevação da jornada de trabalho. Segundo essa pesquisa, as mulheres que receberam até 2 salários mínimos representaram maioria sendo mais de 70% do mercado de trabalho referente a jornada de trabalho de 45 a 48 horas, enquanto que, aquelas que realizaram a jornada de 49 horas ou mais representaram mais de 60%.

Ainda, no que se refere à inserção da mulher pobre no mercado de trabalho, os dados de 1976/1992 registrados na Bolívia, mostrou um crescimento da PEA feminina na área urbana de 6,33% e na área rural de 7,41% apresentando nas duas situações uma variação significativa em relação à média masculina de 3,52 pontos percentuais acima da média geral.

As extensas jornadas de trabalho na Bolívia são realizadas tanto por mulheres como por homens, uma fatia significativa de homens e mulheres realizou a jornada de trabalho de 40 a 49 horas semanais, cerca de 30,94% da população ocupada e 22,95% de mulheres, significando um total de 618.903 homens e 375.718 mulheres, no ano de 1999. Mas, estão na área urbana 28,38% de homens e 24,48% de mulheres que realizam a jornada mais elevada, permanecem por mais de 60 horas no trabalho.

O segundo fator determinante para ocupação do espaço feminino no mercado de trabalho se refere a faixa etária. No Brasil, o mercado de trabalho feminino tem mantido um perfil jovem, mulheres com idade entre 25 a 49 anos têm permanecido no mercado de trabalho por mais tempo, em 1970 era aproximadamente 20%, em 1990 estavam ativas cerca de 50% e se elevou ainda mais em 2002 para próximo de 70%. Estão também em crescimento a permanência de mulheres com a idade de 50 a 59 anos, que há 32 anos atrás era de 15%, atualmente está em 50% e aquelas com 60 anos e mais de atividade representavam 8% e agora são 20%.

Conforme o Censo de 1992 boliviano, a população feminina inserida no mercado de trabalho estava em aproximadamente 55% da PEA, distribuídas entre a faixa etária de 35 a 50 anos, enquanto que há 16 anos atrás era de pelo menos 22%. Assim como

no Brasil, a faixa etária que vai de 25 a 50 anos tem a taxa de atividade acima de 50%, no entanto, percebe-se que há mais mulheres idosas atuando nas atividades, perfazendo mais de 30%.

A responsabilidade nos domicílios tem sido outra variável importante para a pesquisa sobre gênero e vem mostrando que é cada vez maior o número de mulheres responsáveis pelos domicílios, no Brasil, perfaz 18,1% de mulheres que foram responsáveis pelos domicílios no ano de 1991 passando para 24,9% em 2000, isso significou o acréscimo de 4.886.367 mulheres responsáveis pelos domicílios no país. Bem como, são ainda as principais responsáveis com o cuidado dos filhos e familiares, cerca de 56% são casadas e 43% tem filhos (Censo 2002) o que representa uma sobrecarga de atividades, considerando que as mulheres dedicam mais tempo com os afazeres domésticos do que os homens.

Outro elemento que está retratado nessa análise, diz respeito as atividades desenvolvidas pelas mulheres no mercado de trabalho. A partir do momento que a mulher participa da complementação da renda familiar a atividade que se destaca tanto entre as brasileiras como bolivianas está no ramo da prestação de serviços. Segundo o IBGE, as brasileiras representaram 23,8% em 1998 na categoria ocupacional predominantemente de trabalhadora doméstica. Outras atividades ainda continuam sob a atuação masculina.

Existe uma significativa parcela da força de trabalho boliviana que atua em atividades relacionadas área rural, como a agricultura, pecuária e pesca (42%) e as demais se distribuem nas cidades realizando serviços e vendas no comércio (19%), mesmo assim, caracteriza-se uma inserção precária no mercado de trabalho considerando que 38,15% trabalha por conta própria e 37,45% trabalha com família sem remuneração. E no setor industrial, as mulheres aparecem com 22% com atuação na indústria manufatureira.

As observações destacadas nesse artigo evidenciam que as recentes pesquisas ao incorporar nas estatísticas as atividades de ocupação feminina, de uma forma particular mostraram que a inserção da mulher no mercado de trabalho estão diretamente relacionadas à sua condição na família, considerando que pouco delas tiveram atuação em estruturas produtivas, especificamente em atividades industriais

que hoje se encontram em processo de reestruturação, uma vez que isso implicaria em (des) qualificação do trabalho e ainda, sabe-se que essas diversas formas de impactos são diferenciados por gênero.

Desta forma, enfatizam Matesco e Lavinás (1996) em sua pesquisa sobre a reestruturação produtiva e organizacional da indústria brasileira, que os contratos de força de trabalho feminina “parece revelar-se mais como um elemento aparador de choques atenuantes dos impactos das oscilações dos ciclos da economia e menos uma flexibilização na estrutura produtiva”. Portanto, pode-se considerar que os prováveis impactos dessa reestruturação produtiva nos dois países em estudo, sabendo que também a participação da mulher na atividade industrial boliviana é baixa, têm influenciado de forma mais significativa as atividades tradicionais relacionada à mão-de-obra masculina, que, todavia se manifesta de forma indireta sobre a estrutura familiar.

5. Considerações

As inovações tecnológicas ditadas pela automação e informatização possibilitaram a internacionalização das atividades econômicas que por sua vez aceleraram o processo de transformações produtivas no mundo. Os impactos dessas mudanças são observados em economias que tiveram seu processo de industrialização recém implantado, tendo como efeito negativo o desemprego estrutural proporcionado pela introdução da robótica. E de forma subsequente, verificou-se que as mulheres passaram no período seguinte a participar do mercado de trabalho tendo como motivo relacionado a redução da renda familiar e necessidade de garantir a sobrevivência da família.

Desta forma, as transformações da dinâmica de acumulação de capital ao seguir se expandindo nos moldes da flexibilização de contratos de trabalho, criam áreas não de empregos e sim de ocupações que reduz significativamente o nível de assalariamento, aumenta as atividades informais e eleva o desemprego entre jovens, homens, mulheres e idosos(as).

Em linhas gerais, a pesquisa fez um retrato particularizado do mercado de trabalho da mulher tanto no Brasil e quanto na Bolívia e mostrou que o seu processo de inserção no mercado de trabalho vem ocorrendo de maneira precarizada. A estrutura ocupacional feminina existente resultou no uso de força de trabalho de mulheres idosas, outras relacionadas às atividades domésticas de elevada jornada de trabalho e de baixo rendimento, como também a produção familiar realizada sem remuneração.

E no que diz respeito à análise dos fluxos, verifica-se que quanto maior a heterogeneidade das condições econômicas e sociais entre as cidades gêmeas maiores são os níveis de capacidade para a complementaridade, que não significa a inexistência de conflito e confronto e sim, uma possibilidade de ampliar a integração socioeconômica e cultural.

6. Bibliografia

- BOLÍVIA/Instituto Nacional de Estatística - MERCOSUL/Censo Nacional de População e Moradia - 1976 e 1992
- BRASIL/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD; vários censos.
- BRUSCHINI, Cristina, “Desigualdades de Gênero no Mercado de Trabalho Brasileiro: o Trabalho da Mulher nos Anos Oitenta”, em Fernandes, Reynaldo (org.). *O Trabalho no Brasil no Limiar do Século XXI*, São Paulo: Editora LTr, 1995.
- HIRATA, H. Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Editora Boitempo, 2002.
- ITO, C. A. Corumbá: o espaço da cidade através do tempo. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2000.
- KON, A. A Economia Política do Gênero. IN: Revista de Economia Política, vol. 22, nº 3 (87), julho-setembro/2002
- MACHADO, L. O. Limites, Fronteiras, Redes. In: STROHAECKER, T. M., A.; SCHAFFER, D.N.O.; BAUTH, N.; DUTRA, V.S. (orgs.). *Fronteiras e Espaço Global*, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998
- _____. Estado, territorialidade, redes. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, M. L. (org). *Continente em chamas: globalização e território na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MATESCO, V.R. e LAVINAS, L. A reestruturação produtiva nas empresas brasileiras e seu reflexo sobre a força de trabalho, por gênero. In: IPEA. *Texto para discussão nº 400*, janeiro de 1996.
- MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Ed. Boitempo, 2002.
- NAPOLEONI, C. Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

NEVES, M. A. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. IN: ROCHA, M.I.B. da. (org). Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP E CEDEPLAR/UFMG. São Paulo: Editora 34, 2000
OLIVEIRA, T. C. M. de. Uma fronteira para o por do sol. Campo Grande-MS: Editora Ufms, 1998.

_____. Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico-prático. In: OLIVEIRA, T.C.M. (org). Território sem limites. Campo Grande-MS: Editora Ufms, 2005.

PAIXÃO, R. Turismo regional: problemas e perspectivas. *In*: IV Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-Econômicos do Pantanal. Corumbá/MS, 23-26 de novembro, 2004.

POCHMANN, M. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

REVISTA ETI-CIDADE. Imigrantes bolivianos escravizados. Disponível em http://www.etni-cidade.net/bolivianos_escravizados.htm. Acessado em 07/10/2006

ROSSINI, R.E. “Nas atividades econômicas a modernidade tecnológica exclui homens e mulheres. Incorpora mais a mulher na cidade e menos no campo.” IN: Revista Geosp – Espaço e Tempo, São Paulo, nº 12, ano 2002.

SANTOS, M. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994a.

_____. O retorno do território. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (orgs). Território: Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec, Anpur, 1994b.

_____. Metamorfoses do Espaço Habitado. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

SEGNINI, L.R. P. Mulheres no Trabalho Bancário: Difusão Tecnológica, Qualificação e Relações de Gênero. São Paulo: Ed. USP, 1998.

SILVA, S.da. Bolivianos: a presença da cultura andina. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005

SILVEIRA, M. L. Globalização, funcionamento técnico e funcionamento político na rede urbana Argentina e nordpatagônica. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (orgs). Território: Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec, Anpur, 1994.

STEIMAN, R. & MACHADO, L.O. Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica. Rio de Janeiro: Igeo/Degeo/Grupo Retis, 2002. Disponível em www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/fronteira/p02avulsos04.htm

SOUCHAUD, S. & CARMO, R. L. Migração e mobilidade no Mercosul: a fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai. *In*: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu/MG, de 18 a 22 de setembro de 2006.